

POLITICS AND INTERNATIONAL RELATIONS

Evangélicos e voto legislativo: Diversidade confessional e voto em deputados da bancada evangélica no Brasil

Rodrigo Rodrigues-Silveira¹ and Emerson Urizzi Cervi²¹ Instituto de Iberoamérica/University of Salamanca, ES² Universidade Federal do Paraná, BR

Corresponding author: Rodrigo Rodrigues-Silveira (rodrodr@gmail.com)

Este artigo investiga o impacto da diversidade de denominações religiosas de cunho evangélico no nível municipal sobre a proporção de votos obtidos pelos deputados eleitos que representam esse grupo demográfico. Para alcançar tais propósitos, utilizamos dados demográficos e eleitorais, assim como relativos à composição da bancada evangélica no congresso para as eleições de 2014. Comparamos o efeito da diversidade confessional nos municípios entre dois grupos de deputados eleitos: evangélicos e não-evangélicos. Verificamos que quanto o maior número de igrejas evangélicas com representação no município, maior a proporção de votos obtida pelos deputados evangélicos. O controle do efeito da diversidade confessional no desempenho eleitoral pelos outros parlamentares também nos permitiu confirmar que o efeito observado era exclusivo de deputados evangélicos, não sendo reproduzido em outros representantes. Os resultados aportam evidências empíricas consistentes a favor da hipótese de que existe complementaridade entre denominações religiosas no que se refere ao voto.

This article analyzes the impact of the diversity of evangelical denominations at the municipal level on the proportion of votes obtained by those members of Congress belonging to this demographic group. To reach this goal, we employ demographic and electoral data, as well as the composition of the evangelical caucus in the 2014 elections to Congress. We compare the effect of confessional diversity in the municipalities between two groups of elected representatives: evangelicals and nonevangelicals. We found that the higher the number of evangelical churches in the municipality, the more significant the proportion of votes obtained by the evangelical deputies. Controlling the effect of confessional diversity on electoral performance by other members of Congress also enabled us to confirm that the observed effect was exclusive to evangelical deputies and not replicated in other representatives. The results provide consistent empirical evidence in favor of the hypothesis that there is complementarity between religious denominations about voting.

A ascensão dos neopentecostais na política na América Latina não é um fenômeno novo nem desconhecido pelas ciências sociais. Vários estudos (Steigenga 2001; Cleary e Stewart-Gambino 1997; Dodson 1997; Christian, Gent, e Wadkins 2015; Freston 2004a, 2008; Bastian 1999) já documentaram a crescente importância desse grupo demográfico na política em vários países da região. No caso do Brasil, a bancada evangélica na câmara de deputados alcançou, em 2015, o maior número de deputados, setenta e três, culminando um crescimento quase permanente desde 1982, quando contava com treze. Consideramos como deputado evangélico aquele que pertencem formalmente à bancada evangélica. Além destes há parlamentares que confessam pertencer a alguma denominação evangélica, mas que não estão vinculados à bancada. A literatura sobre evangélicos na política brasileira também é extensa e acompanha este crescimento (Freston 1999; Fonseca 2008; Borges 2007; Oro 2003; Mariano e Oro 2016; Mariano e Pierucci 1992; Bohn 2004, 2007; Machado e Burity 2014; Campos 2012; Silva 2016; Lacerda 2017).

Uma parte desses estudos concentra-se nos perfis dos representantes-pastores e na forma de organização das igrejas para participar da política (Oro 2003; Borges 2007; Silva 2016; Gerardi 2016). Um segundo foco de pesquisa centra-se nos eleitores evangélicos, suas características socioeconômicas, culturais e suas formas de representação (Freston 2008; Bohn 2004, 2007). Outro grupo de estudos enfatiza o comportamento das bancadas evangélicas no congresso (Prandi e Santos 2017; Machado 2017; Silva 2016). Finalmente, alguns enfatizam a oferta de candidatos e o financiamento de campanha (Lacerda 2017; Figueiredo Neto e Speck 2015).

No entanto, existe uma lacuna na literatura a ser preenchida no que se refere a como a diversidade confessional dentro do próprio campo evangélico pode afetar as chances de sucesso eleitoral dos representantes deste grupo demográfico. De um lado, alguns trabalhos assumem que se trata de um fenômeno predominantemente urbano e concentrado nas periferias das grandes cidades (Freston 1999). De outro, presta-se atenção quase exclusiva ao papel protagonista de algumas igrejas—especialmente da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e da Assembleia de Deus (AD)—como articuladoras políticas de campanhas (Oro 2003; Silva 2016; Rivera 2006), sem problematizar o possível impacto da sua penetração territorial ou do seu nível de dominância frente a outras denominações nos resultados eleitorais desse grupo.

O objeto central deste artigo consiste em indagar se a diversidade de denominações religiosas de cunho evangélico no nível local desempenha algum papel sobre o número de votos obtidos pelos deputados eleitos que representam esse grupo demográfico. De modo mais concreto, trata-se de responder à seguinte pergunta: como a diversidade de denominações religiosas de cunho evangélico com peso no nível local influi sobre a proporção de votos obtidas por candidatos evangélicos eleitos no seu conjunto? Existe competição entre candidatos evangélicos pelos votos ou, pelo contrário, a maior oferta política aumenta as chances de obter uma maior parcela do voto total?

Para alcançar tais propósitos, utilizamos dados demográficos e eleitorais, assim como relativos à composição da bancada evangélica no congresso. Comparamos o efeito da diversidade confessional entre dois grupos de deputados eleitos: evangélicos e não-evangélicos (a partir do pertencimento ou não à bancada evangélica). A razão da seleção de candidatos eleitos explica-se pela dificuldade de obter um registro exaustivo e confiável do universo de candidatos evangélicos em todo o país.¹ Infelizmente, o cadastro dos candidatos disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não informa a religião, o que nos permitiria incorporar o voto dos não-eleitos a este total.

Por que a diversidade confessional dentro do campo evangélico importa?

O avanço dos (pequenos) evangélicos no legislativo brasileiro

O crescimento do protestantismo como fenômeno político em toda a América Latina ocorre a partir da segunda metade do século XX (Freston 2004b). Tal expansão foi produto de uma combinação de momentos de crises econômicas severas com um discurso conservador em favor de um estado forte, o que entrava em consonância com os regimes autoritários que se instalaram na região neste mesmo período, ainda que de forma passiva (Villazón 2015).

No caso do Brasil, os avanços na representação da denominada “bancada da Bíblia” apresentam a forma próxima de uma tendência linear crescente a partir de 1990, exceto em 2006, quando há uma significativa redução no número de eleitos em relação ao período anterior pelo envolvimento de vários deputados evangélicos em escândalos de corrupção (Mariano e Oro 2016, 367). O **Gráfico 1** a seguir mostra que, em 1982, a primeira eleição parlamentar pós-abertura do regime militar, os evangélicos elegem apenas treze legisladores, representando 2,7 por cento do total da câmara de deputados.

Na eleição seguinte, para a assembleia constituinte, dá-se o grande salto, com a eleição de trinta e dois deputados federais, representando 6,6 por cento do total de vagas. Em 1990 observa-se uma primeira queda, para vinte e três eleitos (4,6 por cento do total de deputados). A partir de então, até 2006, há um permanente crescimento, com eleitos que passam de trinta e dois, para cinquenta e um e cinquenta e nove em 1994, 1998 e 2002, respectivamente. Este é o período no qual os evangélicos decidem apresentar candidatos por vários partidos e não mais por apenas uma ou poucas siglas identificadas com a religião.

¹ Alguns estudos recentes, como os de Lacerda (2017) e de Gerardi (2016), utilizam denominações como bispo, pastor, reverendo, entre outros para mapear os possíveis candidatos evangélicos, triangulando tais candidaturas com outras informações relacionadas à busca bibliográfica e consulta às igrejas evangélicas. No entanto, preferimos aqui utilizar um critério de autodenominação pelos próprios deputados como critério de análise. A principal vantagem provém do fato de que tais candidatos foram apoiados claramente pelas suas respectivas igrejas e se reconhecem de forma explícita como uma frente que representa, prioritariamente, os interesses de tais grupos religiosos.

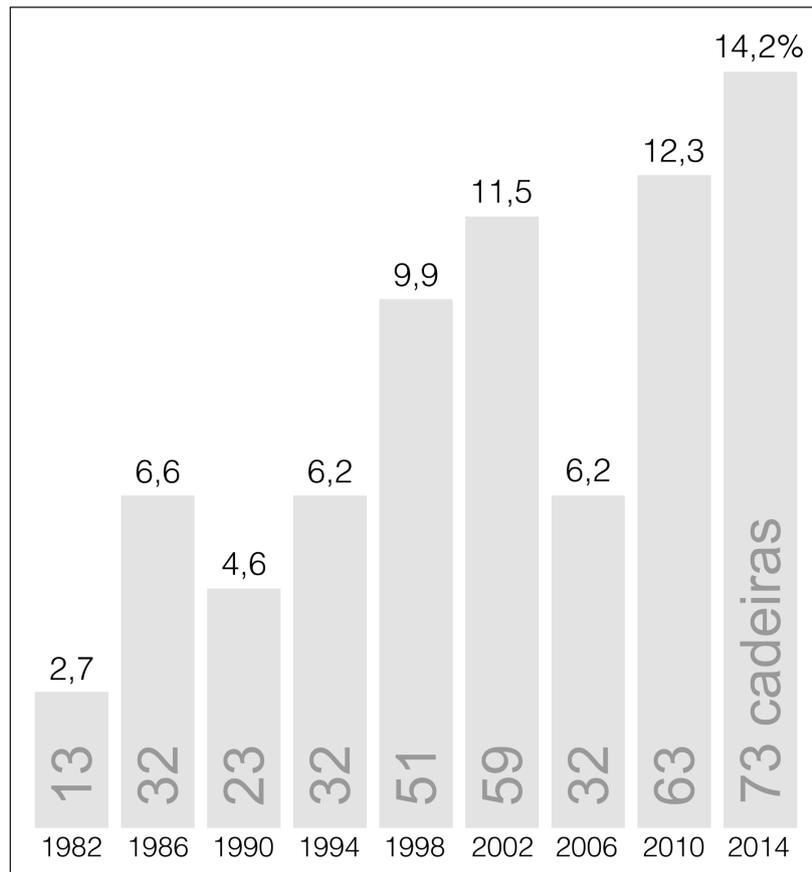


Gráfico 1: Participação dos evangélicos na Câmara dos Deputados.

Fonte: Autores a partir de Oro (2003), Fonseca (2008), DIAP (2010, 2014), e TSE (2014).

Nota: Os valores representam o número total de cadeiras e a porcentagem relativa ao total no ano da eleição. Em alguns casos, o mesmo número de cadeiras representa porcentagens diferentes (como no caso de 1986). Isto se deve às mudanças no tamanho da Câmara de Deputados, que era de 479 em 1982, 487 em 1986, 503 em 1990, e 513 cadeiras a partir de 1994.

Em 2006 ocorre uma redução drástica do número de deputados evangélicos, passando de cinquenta e nove (11,5 por cento) em 2002 para trinta e dois (6,2 por cento) em 2006, um retrocesso aos níveis de 1994. A explicação para essa queda é o envolvimento de deputados evangélicos em dois grandes escândalos de corrupção. O primeiro ficou conhecido como a “máfia de sanguessugas”, que foi responsável por desvio de recursos do Ministério da Saúde. O segundo foi o escândalo do Mensalão, que se tornou público em 2005 e 2006.

O impacto de tais escândalos foi imediato. Dos cinquenta e nove integrantes da bancada evangélica eleitos em 2002, apenas quinze foram reeleitos. Outros dezessete deputados que integraram a bancada a partir de 2006 eram de primeiro mandato. Os representantes ligados à neopentecostal Igreja Universal do Reino de Deus foram os mais atingidos pela denúncia (Mariano, Hoff, e Dantas 2006). Para reduzir os efeitos negativos, a IURD retirou o apoio oficial aos deputados envolvidos no escândalo. Com isso, a maioria desistiu da campanha. Os dois representantes da IURD que tentaram a reeleição foram derrotados. Esta estratégia de lançar “candidatos oficiais” ilustra de modo claro a importância do apoio declarado e formal das igrejas para o sucesso eleitoral dos representantes evangélicos (Lacerda 2017, 4).

A partir de 2010 constata-se um segundo movimento de distinção da banca evangélica, que além de se distribuir em vários partidos, também passa a se dividir entre oposição e governo. Não há mais um predomínio de evangélicos governistas, como acontecia no início da década anterior. Na eleição de 2010 a bancada praticamente dobra em relação à disputa anterior, com eleição de sessenta e três deputados (12,3 por cento do total), e em 2014 o movimento continua, com setenta e três deputados da bancada evangélica eleitos (14,2 por cento).

O crescimento do pentecostalismo (mais que das igrejas evangélicas de missão ou tradicionais) precede o avanço dos evangélicos na política. Em 2010, de acordo com o censo do IBGE, 60 por cento

dos que se declaravam da religião evangélica, diziam pertencer a alguma denominação pentecostal. Essa é aproximadamente a mesma composição da bancada evangélica atual na Câmara de Deputados, com dois-terços de pentecostais e apenas um terço de tradicionais.

Santos (2013) destaca que essa mudança está associada ao crescimento do neopentecostalismo, cujas igrejas apresentam uma feição empresarial, que inclui a administração de meios de comunicação e a participação profissional em partidos políticos. Em 1986, apenas 5 por cento da representação evangélica era ligada a nomeações pentecostais. Em 1998 o percentual já ultrapassava os 65 por cento, média mantida até hoje—com exceção da eleição de 2006, por conta do envolvimento de deputados evangélicos em esquemas de corrupção, o que dificultou a reeleição dos mesmos.

Além do crescimento do neopentecostalismo, observa-se uma diversificação no seu interior. Em 2015, AD e IURD controlavam 53,4 por cento de toda a bancada (trinta e nove dos setenta e três deputados). No entanto, apesar do seu predomínio, houve uma expansão não desprezível por parte das pequenas igrejas neopentecostais. Em 2003, estas últimas (excluídas a AD e a IURD) possuíam apenas sete cadeiras (10,8 por cento da bancada) (Campos 2012, 158). Em 2015, esse número alcançou dezessete cadeiras (23,3 por cento). Este aumento releva que a expansão da bancada da bíblia foi acompanhada por uma maior diversificação, especialmente pela entrada de pequenas igrejas como Sara Nossa Terra, Internacional da Graça de Deus e Maranata.

Frente a este processo de expansão com diversificação da bancada evangélica, pouco se sabe sobre o nível de complementaridade ou competição entre evangélicos pelo voto. Como veremos mais adiante, existem distintas perspectivas a respeito que apoiam hipóteses contrastantes sobre a relação entre multiplicidade de denominações e voto. No entanto, tais afirmações não passam de supostos ou hipóteses de trabalho não testadas empiricamente, algo que o trabalho atual pretende realizar, contribuindo com novos elementos empíricos para o debate.

As igrejas neopentecostais como brokers políticos

Os aspectos organizativos das igrejas e, mais especificamente, a profissionalização das neopentecostais e sua capacidade de mobilização do eleitorado evangélico constituem um fator fundamental na explicação do sucesso eleitoral dos evangélicos na Nova República (1985–hoje). Até o final dos anos 1980, o *slogan* predominante entre eleitores evangélicos era “crente não participa de política”. A partir deste momento e, mais concretamente, da assembleia constituinte de 1986, a mensagem passa a ser “irmão vota em irmão”, em um evidente apelo à identificação religiosa no direcionamento do voto (Fonseca 2008). Duas igrejas destacam-se em particular como articuladoras de campanhas, apoiando candidaturas tanto no executivo como no legislativo: a Assembleia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus.

A posição de liderança política da AD foi produto de uma estratégia de longo prazo adotada por esta denominação com o propósito de incidir sobre a agenda pública, primeiro influenciando sobre a Confederação Evangélica do Brasil e, depois, sobre a Associação Evangélica Brasileira. Ademais, sua preponderância política espelha o seu predomínio demográfico. O número de fiéis da AD supera em muito aos da IURD, a segunda colocada.

Ainda que o peso demográfico e parlamentar da IURD seja menor, sua presença na política é marcada pelo carisma institucional, pelo uso massivo da televisão como forma de difusão de um discurso político com forte apelo religioso, assim como pela adoção de uma estratégia consciente de posicionamento da igreja como a cabeça política das denominações evangélicas. A IURD também buscou disputar a liderança das organizações evangélicas por meio da fundação da Conferência Nacional dos Pastores do Brasil, em 1993 (Freston 1999, 155).

A despeito das diferenças e disputas entre essas duas denominações, o sucesso dessa estratégia é evidente. A AD apresenta posição hegemônica com vinte e seis deputados, em 2010, e vinte e sete, em 2014. Em segundo lugar vem a IURD. Em 1986, esta última elegeu apenas um parlamentar. Na eleição seguinte, em 1990, subiu para três parlamentares, e em 1994 foram seis os eleitos. Depois, em 1998, o número de deputados apoiados oficialmente pela igreja saltou para quatorze e, em 2002, já eram dezesseis (Oro 2003). Em 2006 houve a redução, devido aos escândalos de corrupção e a partir de então a IURD voltou a representar a segunda força evangélica, com doze deputados em 2014.

Além disso, a existência de redes organizativas com forte penetração territorial em todo o país, estrutura midiática e de mobilização por parte das igrejas fez com que seja mais barato fazer campanha os candidatos religiosos quando comparados com os outros. Este fenômeno é confirmado pelo estudo de Figueiredo Neto e Speck (2015) sobre o financiamento das campanhas eleitorais de candidatos pastores na eleição de 2014. A partir das declarações financeiras de campanha de 107 candidatos a deputado federal com o nome de

“pastor, missionário, irmão, apóstolo ou bispo”, os autores mostram que os evangélicos apresentam receitas de campanha mais baixas que a média dos concorrentes. O fato de que não existem diferenças significativas entre os dois grupos em termos de votos obtidos indica que o discurso religioso carrega um capital (simbólico e organizativo) próprio que consegue produzir mais votos por unidade financeira aplicada na campanha.

Os possíveis efeitos do sistema partidário

O ponto de partida das eleições legislativas no Brasil está estruturado com base em um sistema eleitoral com lista aberta e pós-ordenada em distritos com tamanhos variados. Tais características favoreceram o crescimento da bancada evangélica no congresso nacional por três razões fundamentais. A primeira é que facilita a entrada de candidatos evangélicos nas disputas, pois interessa aos partidos diversificar suas listas com perfis que representem minorias não vinculadas às ideologias partidárias (Boas 2013).

Em segundo lugar, a fragmentação elevada do sistema partidário brasileiro ajuda a acomodar em diversos partidos as heterogeneidades ideológicas nascidas com o crescimento das neopentecostais. Até 1990 os candidatos evangélicos concentravam-se em poucas legendas, principalmente o Partido Liberal. A partir de então, devido aos incentivos do sistema eleitoral brasileiro, os deputados evangélicos têm se distribuído em diferentes legendas, assumindo a direção de algumas e criando outras novas com identificação religiosa de origem, como ocorreu com o Partido Republicano Brasileiro, no início da década de 2000, e que concentra a totalidade de candidatos da IURD (Silva 2016, 31).

Finalmente, o terceiro fator está relacionado com a combinação entre sistema fragmentado e o controle da oferta de candidatos por parte das igrejas (Fonseca 2008; Machado e Burity 2014). A capacidade organizativa das denominações permite-lhes reduzir o efeito dispersivo do sistema e moderar a fragmentação do eleitorado evangélico, algo difícil de ocorrer em outros grupos sociais menos articulados ou organizados. Isso é feito tanto pelo controle da oferta de candidaturas, como pela utilização dos canais de comunicação da igreja em apoio aos candidatos oficiais. O resultado é uma vantagem estratégica frente a outros setores.

Diversos e segmentados: O perfil demográfico dos eleitores neopentecostais

Segundo os censos do IBGE, os evangélicos representavam 2,6 por cento da população em 1940. Entre 1950 e 1980, este grupo passou de 3,4 por cento, a 9,0 por cento, um aumento de 264 por cento. Este rápido crescimento foi mantido entre 1980 e 2010, quando a sua proporção alcança 22,2 por cento do total, um aumento de 247 por cento. De modo mais concreto, este fenômeno representou um crescimento médio de 30 por cento por década nos últimos setenta anos.

Qual o perfil sociodemográfico do eleitor evangélico? Alguns estudos sobre o processo de surgimento dos evangélicos na América Latina, em particular dos neopentecostais, destacam o predomínio de eleitores pobres, com baixa escolaridade, negros e indígenas (Freston 1997; Dodson 1997; Bastian 1999). Mais recentemente, no entanto, o que se percebe em países latino-americanos é uma heterogeneidade da base social do protestantismo, com inclusão de empresários, artistas e esportistas como representados. Tais estudos argumentam que a explicação para a adesão das classes médias ao discurso protestante conservador na política latino-americana vincula-se, além de outros fatores, a um contexto de perda de força dos partidos tradicionais entre essas camadas da população.

Bohn (2004) é outra das vozes que questiona o perfil periférico ou socialmente marginal do eleitorado religioso no Brasil. Usando informações do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2002, traça um perfil socioeconômico dos protestantes no país para discutir as novas tendências conservadoras desse eleitorado. As informações do *survey* mostram uma distribuição de renda entre evangélicos similar àquela de outras religiões. No entanto, existe uma clivagem entre as diferentes denominações, com os pentecostais apresentando os ingressos médios mais baixos. Também em relação à educação, a distribuição dos evangélicos brasileiros é próxima dos níveis educacionais dos católicos. Estes resultados podem explicar a adoção de diferentes igrejas por distintos setores sociais, como destaca Freston (1999).

A principal diferença encontrada é o grau de exposição dos eleitores aos líderes religiosos e seu perfil ideológico (Bohn 2004). Enquanto 82 por cento dos evangélicos apontam uma interação alta com os pastores, que é o maior percentual entre todas as religiões brasileiras, sendo que apenas 35 por cento dos católicos têm relação com os padres—a menor entre todas as religiões brasileiras. A indicação ou o apoio explícito da igreja a um candidato aumenta significativamente as suas chances de vitória (Lacerda 2017, 19). Em outro estudo (Bohn 2007), a mesma autora sublinha que o eleitor evangélico tende a estar mais insatisfeito com as políticas públicas e menos ligado a princípios democráticos e apresenta comportamento homogêneo apenas quando há candidato forte representando a religião. Caso contrário, eles abrem mão dos critérios

religiosos para definir o voto. Nesse sentido, este é um eleitorado socialmente diverso, fiel às prescrições da igreja em termos de candidaturas políticas e com uma tendência ideológica mais conservadora.

Outros trabalhos centram as suas análises no perfil organizativo das igrejas em termos demográficos e de identidade. O trabalho de Borges (2007) investiga as relações políticas evangélicas a partir da lógica do crente e conclui que a diversidade da representação das nomeações no parlamento é consequência da diversidade histórica, teológica e político-ideológica dos eleitores desse grupo. Trata-se não apenas de uma diferenciação pelo seu crescimento, mas também pelas características que formam culturalmente a base social evangélica no país.

Uma das explicações para tal heterogeneidade pode ser encontrada nas táticas das igrejas evangélicas, em especial no que diz respeito às estratégias de cooperação ou competição entre elas (Boas 2013). No caso brasileiro, os evangélicos distribuem-se em diferentes nomeações e os seus interesses nem sempre coincidem, algo muito distinto do catolicismo, que possui uma rígida hierarquia e única estrutura formal. Segundo Borges (2009), a fragmentação desse grupo religioso é um dos fatores fundamentais para explicar a inexistência de uma identidade evangélica unitária. Segundo esta vertente explicativa, tal diversidade estimularia o conflito entre denominações e, por conseguinte, a dificuldade do surgimento de um partido único de cariz evangélico no Brasil.

No entanto, ainda que a diversidade de denominações religiosas constitua um incentivo para a fragmentação dos candidatos evangélicos em diversos partidos, pouco se sabe sobre o padrão de votos em tais candidatos e se realmente existe competição pelo mesmo eleitorado. Os estudos existentes não chegam a determinar se a diversidade de denominações religiosas de caráter evangélico constitui um elemento que castiga os candidatos ou os beneficia como grupo.

A hipótese postulada por esta literatura (ainda não testada empiricamente) é a de que, a maior diversidade de denominações, maior a competição entre candidatos evangélicos. Nesse sentido, as igrejas competiriam pelos votos dos evangélicos assim como competem pelos fiéis entre a população. No entanto, os trabalhos que enfocam o perfil demográfico do eleitorado evangélico mencionados anteriormente destacam a existência de determinado grau de complementaridade no padrão social dos fiéis. O fato de que os mais pobres preferam certas denominações e a classe média outras, convida a uma reflexão sobre a existência de “nichos” sociais nos quais a competição entre igrejas é inexistente ou limitada. Nesse sentido, a IURD competiria por fiéis com a AD, mas não com a Batista ou a Renascer em Cristo, pois cada uma responderia a um grupo social distinto.

Argumentamos aqui que um dos fatores mais fundamentais para explicar o crescimento dos evangélicos na Câmara dos Deputados está relacionado com a diversidade de denominações evangélicas. O crescimento desse setor religioso deu-se pela proliferação de igrejas neopentecostais. Algumas delas foram capazes de obter acesso a cadeiras no congresso. No entanto, em termos eleitorais, ainda não sabemos o impacto que tal variedade exerce sobre o voto, ou seja, se aumenta ou diminui as chances de um deputado evangélico obter votos em certa localidade.

Pela revisão da literatura sobre o tema, pudemos observar que o perfil do eleitor evangélico é socialmente diverso e estratificado, o que repercute na organização das igrejas e na divisão dos fiéis. Por essa mesma razão, esperamos que a diversidade não seja um fator de competição eleitoral entre denominações, mas que o seu perfil seja complementar. De modo mais claro, a hipótese central a ser testada neste estudo considera que um maior número de denominações religiosas de cunho evangélico ativas no nível local aumentaria o desempenho agregado dos candidatos evangélicos eleitos.

Alguns fatores concretos explicariam este fenômeno. Em primeiro lugar, a prática disseminada de adoção de candidatos oficiais por parte das igrejas desestimularia a competição entre candidatos de uma mesma denominação, concentrando o voto “útil” em um número limitado de pessoas e maximizando as chances de converter o voto em cadeiras. Este fenômeno seria explicado por uma forte concentração e controle da oferta de candidaturas dentro de um sistema partidário altamente fragmentado e cujas características essenciais dificultam a articulação de grupos políticos menos organizados (Fonseca 2008; Machado e Burity 2014).

Segundo, a chave para entender tal processo está no fato de que, ao funcionar como máquinas políticas independentes dos partidos, as denominações religiosas reduzem a dispersão dos votos entre os seus fiéis e, portanto, moderam a fragmentação no seio do seu eleitorado. De forma prática, operam como em um sistema de lista fechada, no qual é a igreja, e não o partido, que assume um papel coordenador ao definir a lista e a ordem de preferência dos candidatos que apoia.

Terceiro, um controle de tal natureza sobre a oferta política só é efetivado pela capacidade das igrejas de empregar seus canais de comunicação com os seus fiéis e reforçar a coesão interna para apoiar seus candidatos oficiais (Oro 2003; Borges 2007). Este procedimento possui a vantagem adicional de reduzir os

custos de campanha, pois utiliza a infraestrutura institucional da própria igreja como recurso de difusão de propaganda política (Figueiredo Neto e Speck 2015). Os fiéis, por sua vez, comportam-se predominantemente em sintonia com os preceitos estabelecidos pela igreja. Difícilmente um candidato sem o apoiado formal da instituição consegue ser eleito (Lacerda 2017).

Estes fatores explicam somente o porquê de que candidatos de uma mesma denominação não compitam entre si. No entanto, não diz nada sobre a competição entre candidatos de igrejas distintas. Este último fenômeno, como argumentamos no presente trabalho, seria o produto da diversificação da base social e teológica das igrejas evangélicas no país (Bohn 2004; Borges 2007). Como já mencionamos anteriormente, as diferenças entre as igrejas representariam certo grau de especialização social que, combinada com a fidelidade dos seguidores aos preceitos da instituição, reduziria as possibilidades de uma transferência de votos entre candidatos de diferentes denominações. Nesse sentido, a diversidade de base social contribuiria para evitar a competição entre neopentecostais. Com uma disputa externa limitada, as chances de sucesso de cada igreja em particular e de todas no seu conjunto seriam aumentadas.

Esta hipótese deve ser controlada por dois fatores fundamentais. O primeiro é a composição da demografia da religião, dado o rápido crescimento demográfico de grupos evangélicos neopentecostais desde a década de 1980, algo que acompanhou o rápido processo da urbanização no país. A segunda corresponde ao sistema eleitoral brasileiro, cuja forte fragmentação e lista aberta pós-ordenada, oferece poucas barreiras à entrada de candidaturas pessoais ou corporativas (não partidárias) e à expansão desse grupo.

Resultados

Dados e métodos

Neste estudo, comparamos a proporção de votos em deputados evangélicos com outros representantes eleitos em cada um dos 5.565 municípios brasileiros nas últimas eleições legislativas de 2014 com o objetivo de identificar quais os fatores exclusivamente relacionados com eleitoral dos evangélicos. Não se trata de um estudo de todos os candidatos evangélicos, pois os dados coletados não permitem identificar, dentro do universo de 7.137 candidatos a deputado federal, quantos e quais possuem vinculação com alguma igreja evangélica.

Por essa razão, restringimo-nos a pesquisar os condicionantes do voto nos evangélicos eleitos. Para isso, foram considerados somente aqueles deputados identificados como membros da bancada evangélica (DIAP 2014). O resultado foi uma base de dados formada por setenta e três candidatos eleitos contendo sua filiação religiosa e partidária, além de outros indicadores de financiamento de campanha e sociodemográficos.² A partir dessas informações pudemos identificar aqueles municípios nos quais a incidência de votos em candidatos evangélicos bem-sucedidos a deputado foi proporcionalmente mais alta que em outras. Este procedimento foi realizado utilizando os dados de candidaturas e votação disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (2014).

O desempenho eleitoral dos parlamentares evangélicos foi comparado com o de outros deputados eleitos com o objetivo de determinar se os efeitos esperados estão restritos aos pentecostais e evangélicos não-pentecostais ou são válidos para todos os deputados indistintamente. Por essa razão foram utilizadas duas variáveis (uma dependente e outra de controle) para avaliar se o efeito esperado para os evangélicos não se replica também para os demais. A primeira corresponde à porcentagem de voto nos candidatos evangélicos eleitos e a segunda nos deputados que não formam parte da bancada evangélica.

A partir dos dados do censo demográfico de 2010 (IBGE 2010), foram construídas duas medidas de diversidade confessional dentro do campo evangélico que servirão para operacionalizar a variável explicativa principal do presente estudo e testar a robustez dos modelos. A primeira é composta pelo número total de denominações evangélicas com pelo menos um fiel no município. A segunda corresponde ao número efetivo de igrejas evangélicas que operam em cada localidade. A vantagem deste último indicador está no fato de que pondera a presença de cada igreja pelo número de fiéis. Para realizar tal ponderação, utilizamos o índice de Hirschman-Herfindahl invertido que corresponde ao mesmo algoritmo utilizado para obter o número efetivo de partidos (Rhoades 1993). Quanto maior o valor do índice (que varia entre zero e um), maior a diversidade confessional no nível municipal.

² Neste trabalho a escolha de 2014 para a análise tem duas justificativas centrais. A primeira é que, dada a revisão bibliográfica realizada, consideramos que o voto em 2014 nos deputados evangélicos eleitos não difere substancialmente dos padrões observados em eleições anteriores. Em segundo lugar, escolhemos o ano no qual a representação evangélica foi a mais numerosa e que cobria uma proporção maior do território nacional, que permitia uma comparação considerando quase todos os estados brasileiros.

Além dos aspectos mencionados acima, incluímos na análise uma série de controles relativos aos partidos, sistema partidário e indicadores sociodemográficos. O primeiro deles foi a porcentagem da população que se autodenomina evangélica. Como mencionamos anteriormente, uma das principais razões da expansão da presença legislativa dos pentecostais é devida à capacidade das igrejas de mobilização eleitoral de seus fiéis a favor de seus candidatos.

Os dados da **Tabela 1** revelam que a importância dos evangélicos nos municípios brasileiros não é pequena, chegando a ser majoritária em alguns deles tanto do ponto de vista demográfico como eleitoral. Estas informações também sugerem perfis bastante diferenciados em termos da estrutura da competição. A proporção de voto em deputados evangélicos no total de votos (a variável dependente deste estudo) varia de 0 a 60 por cento, com uma média de 5,59 por cento, superior à dos demais deputados federais eleitos, que é de 3,2 por cento em 2014.

Do ponto de vista do impacto e do tipo de presença dos evangélicos nos municípios, consideramos a porcentagem de evangélicos na população e o número efetivo de igrejas evangélicas no município. O primeiro indicador revela o peso demográfico desse grupo na população e o segundo sua diversidade estrutural. Este último foi calculado do mesmo modo que o número efetivo de partidos e revela o grau de concentração dos fiéis em uma ou mais igrejas.

Como é esperado, quanto maior a proporção de evangélicos no município, maior a proporção de votos em favor de deputados evangélicos ($r = 0,330$). No caso do número efetivo de igrejas, a diversidade confessional, acontece algo parecido ($r = 0,129$). Como foi mencionado acima, a oferta centralizada de candidatos a deputado pelas igrejas permite que seus candidatos obtenham votos nos municípios nos quais estão presentes. Por outro lado, parece existir certa complementaridade, mais que competição, entre as igrejas nos contextos nas quais mais de uma igreja possui um peso demográfico considerável.

O efeito de fatores relacionados com o sistema partidário foi analisado por dois elementos: fragmentação nas eleições anteriores e a magnitude do distrito. A fragmentação constitui uma característica marcada do sistema político brasileiro. Nesse sentido, a média relativamente alta para este indicador (0,80) não é nenhuma surpresa. No entanto, o que nos interessa neste estudo é determinar qual a relação entre a fragmentação e o voto nos deputados evangélicos. A correlação positiva de 0,331 entre as duas variáveis sugere um perfil mais disperso do voto, ou seja, quanto maior a fragmentação, maior a proporção de votos obtida por deputados evangélicos. Isso significa que, em municípios com menor penetração ou dominância de certos partidos, em particular os maiores, as chances de sucesso de candidatos evangélicos são maiores.

A magnitude do distrito, por outro lado, serve como um controle para o efeito do número total de deputados que cada estado pode eleger sobre a proporção de votos obtidos no nível local. Ainda que a correlação com a variável dependente deste estudo seja pequena, seu efeito é positivo, o que sugere que uma maior quantidade de cadeiras impacta positivamente nos resultados evangélicos no município. Tal resultado coincide com a tese de maior capacidade de representação (ou ao menos menor distorção cadeiras/votos) de partidos ou grupos políticos pequenos em distritos com um número mais alto de cadeiras (Gudgin e Taylor 2012).

Finalmente, as variáveis socioeconômicas servem para controlar o efeito das demais explicações pelo tamanho da população e pelo seu nível de desenvolvimento. Tanto o Índice de Desenvolvimento Humano

Tabela 1: Estatísticas descritivas para as variáveis de interesse.

Indicador	Min.	Máx.	Mediana	Média	D.P.	C.V.	Corr.
Evangélicos (% votos), V.D.	0,0	60,0	2,9	5,6	7,5	1,3	1,000
Diversidade confessional (HH)	0,0	6,3	2,0	2,1	0,8	0,4	0,129
Diversidade confessional (total)	0,0	12,0	6,0	5,9	2,0	0,3	0,312
Evangélicos (% população)	0,4	85,8	15,8	17,1	9,5	0,6	0,330
Fragmentação eleitoral (t-1)	0,2	0,9	0,8	0,8	0,1	0,1	0,331
Magnitude do distrito	8,0	70,0	30,0	31,4	20,4	0,6	0,116
IDH-M	0,4	0,9	0,7	0,66	0,1	0,1	0,095
Urbanização (%)	4,2	100,0	64,7	63,83	22,0	0,4	0,240
População (milhares)	0,8	11.253	10,9	34,28	203,1	5,9	0,282

Fonte: Autores a partir de TSE (2014), IBGE (2010) e PNUD (2013).

Municipal (IDH-M), elaborado pelo PNUD (2013), como a taxa de urbanização e a população encontram-se positivamente correlacionados com a variável dependente. Ainda que os coeficientes sejam baixos nos ajudam a estabelecer a hipótese de que a maior tamanho, urbanização e desenvolvimento maior a proporção do voto em deputados evangélicos. Tal hipótese é coerente com o debate estabelecido na literatura sobre o tema, como já vimos mais acima.

Modelos e análise

Todos os elementos analisados até agora sugerem que a diversidade confessional no campo evangélico está relacionada com a proporção de votos no nível municipal dos candidatos evangélicos eleitos a deputado federal. A hipótese central do trabalho, estabelecida a partir da análise da literatura (Borges 2007, 2009; Boas 2013), pode ser definida da seguinte maneira:

H₁: Quanto maior a diversidade de denominações em um município, maior a proporção de votos em candidatos evangélicos no nível local.

O papel articulador da AD e da IURD nas campanhas políticas é um fator tanto de racionalização como de limitação da oferta, reduzindo as opções eleitorais para os votantes desse grupo demográfico (Silva 2016; Oro 2003; Mariano e Oro 2016).

É razoável esperar que a presença do eleitorado evangélico no nível local gere uma maior quantidade de votos em deputados que formam parte da bancada evangélica. Pressupõe-se aqui que o aumento de deputados evangélicos na câmara de deputados reflete um processo ativo de mobilização desse eleitorado religioso e, portanto, quanto maior a sua presença na população, maior o seu peso potencial.

Fatores associados ao sistema partidário local como o tamanho do distrito e a fragmentação aumentariam a proporção de votos nesse grupo. No caso da magnitude, a maior oferta de cadeira permite que mais de um candidato seja eleito. Vale ressaltar que ao tratarmos da fragmentação, referimo-nos ao tamanho do distrito que é equivalente aos eleitores de todo o estado e não a unidade original dos dados, que é o município. Os evangélicos são mais bem-sucedidos em sistemas mais competitivos e nos quais não existe uma clara dominância eleitoral de um partido.

Finalmente, a literatura analisada sobre o voto dos setores evangélicos ressalta o papel das grandes cidades na concentração desse tipo de voto. Dado que tais municípios tendem a ser mais desenvolvidos e urbanizados, espera-se que tanto o nível de desenvolvimento humano municipal, como a taxa de urbanização e o tamanho da população constituam fatores que aumentariam as chances de voto em candidatos evangélicos. Além disso, pelo seu próprio tamanho, cidades grandes comportariam vários candidatos evangélicos de distintas denominações, sem que tivessem que entrar em competição direta entre eles.

Com objetivo de testar este modelo teórico, utilizamos quatro variantes de um mesmo modelo de regressão *ordinary least squares* (OLS). A primeira estima a hipótese central de forma direta utilizando como variável dependente a proporção agregada de votos nos deputados evangélicos eleitos no município e o número total de igrejas com, pelo menos, um fiel no município. A segunda repete o procedimento anterior, mas com o total de votos em candidatos eleitos à deputado federal que não fazem parte da bancada evangélica. As duas últimas variantes possuem o objetivo de testar a robustez dos resultados. Por isso, utilizam o valor ponderado da diversidade confessional (Hirschman-Herfindahl) como variável explicativa do voto em cada tipo de deputado eleito.

Cabe ressaltar que o objetivo dos modelos aqui propostos é somente o de testar o efeito da diversidade confessional sobre o desempenho eleitoral agregado dos deputados federais membros da bancada evangélica nos municípios brasileiros. De nenhuma forma se trata de um exame exaustivo de tal voto agregado. Também não pretende explicar o voto nos outros deputados eleitos. A estimação dos modelos para outros candidatos realizada aqui possui o propósito único de avaliar a robustez do modelo e assegurar que a hipótese de maior diversidade entre os evangélicos é um fenômeno aproveitado de forma exclusiva pelos representantes desse grupo demográfico.

Esperamos, portanto, que o efeito positivo da diversidade confessional não se observe para os deputados eleitos que não pertençam à bancada evangélica. Por essa razão, os modelos são estimados para ambos tipos de deputado. Esta explicação prévia é vital para facilitar a interpretação dos resultados apresentados a seguir, na **Tabela 2**.

Como podemos observar, a diversidade confessional efetivamente apresenta o efeito esperado sobre o voto agregado nos parlamentares evangélicos no nível local. Este resultado é consistente para as duas formas utilizadas aqui para medir o fenômeno: total e número ponderado de igrejas no município. Portanto, quanto

Tabela 2: Modelos OLS para a proporção agregada de votos em deputados eleitos.

	Evangélicos (1)	Outros (2)	Evangélicos (3)	Outros (4)
Diversidade confessional (log total)	0,426*** (0,060)	-0,072*** (0,017)		
Diversidade confessional (log HH)			0,439*** (0,052)	0,003 (0,015)
Evangélicos (% população)	0,033*** (0,002)	-0,007*** (0,001)	0,039*** (0,002)	-0,008*** (0,001)
Fragmentação eleitoral (t-1)	2,986*** (0,194)	-0,376*** (0,057)	2,947*** (0,194)	-0,387*** (0,057)
Magnitude do Distrito (log)	-0,192*** (0,026)	0,081*** (0,007)	-0,235*** (0,028)	0,076*** (0,008)
IDH-M	-1,959*** (0,312)	0,550*** (0,088)	-2,401*** (0,315)	0,552*** (0,090)
Urbanização (%)	0,007*** (0,001)	-0,002*** (0,0003)	0,007*** (0,001)	-0,002*** (0,0003)
População (log)	0,038** (0,018)	-0,065*** (0,005)	0,089*** (0,016)	-0,076*** (0,005)
Constante	-1,356*** (0,232)	4,694*** (0,068)	-1,066*** (0,238)	4,726*** (0,069)
<i>N</i>	5.190	5.559	5.189	5.562
R ²	0,207	0,172	0,210	0,170
R ² ajustado	0,206	0,171	0,209	0,169

Notas: As variáveis dependentes são (modelos 1 e 3) o logaritmo natural da porcentagem de votos obtidos por deputados evangélicos em 2014 no município; (modelos 2 e 4) logaritmo natural da porcentagem de votos obtidos por deputados eleitos em 2014 que não fazem parte da bancada evangélica.

* $p < .1$; ** $p < .05$; *** $p < .01$.

maior a diversidade religiosa no campo evangélico, maior a parcela do voto a deputados federais obtida pelos candidatos promovidos pelas instituições.

Tais informações fornecem-nos evidências empíricas substantivas que apoiam a interpretação de uma certa complementaridade (mais que competição) entre os candidatos evangélicos eleitos. Quanto maior o número de igrejas a nível local, maior a oferta de candidatos evangélicos e o resultado é uma maior proporção do voto local nesses candidatos. Dito de outra forma, quanto menor a quantidade de denominações em um município, pior o desempenho de evangélicos eleitos no seu conjunto.

Este resultado é consistente e significativo inclusive quando controlamos o seu efeito por uma série de explicações alternativas ou concorrentes. O efeito também é confirmado quando testamos o efeito comparando-o com a porcentagem de votos nos outros deputados eleitos. Nos dois modelos, o coeficiente é negativo para este último grupo de representantes. No entanto, só é significativo quando utilizamos o total não ponderado. Portanto, o mecanismo de mobilização de votos que inferimos durante esta análise se restringe, como esperado, para deputados evangélicos.

Um efeito similar é observado com a porcentagem da população que se autodeclara evangélica. Isso, como já dissemos, não é algo surpreendente. Todavia, serve para confirmar que, mesmo quando controlamos pela presença de evangélicos na população, o efeito da diversidade confessional ainda é significativo. Também, como esperado, os outros deputados eleitos (em seu conjunto) recebem relativamente menos votos nas localidades onde existe uma maior parcela da população evangélica. Esta é outra evidência a favor da hipótese de capacidade de mobilização do eleitorado por parte das igrejas.

A fragmentação eleitoral observada nas eleições anteriores para o cargo de deputado federal também responde como esperado. O seu aumento representa uma vantagem para os deputados evangélicos, pois a proporção de votos obtida por estes candidatos é menor naqueles municípios onde predominam os partidos grandes ou existe um candidato dominante. Quanto maior o número de partidos disputando as eleições, maior a chance de que mais deputados evangélicos obtenham votos. No entanto, a magnitude comporta-se de modo contrário ao esperado, provavelmente pelo sucesso dos evangélicos em estados tanto da região norte como sudeste do país.

O tamanho da população apresenta um coeficiente positivo em todos os modelos o que confirma uma maior concentração dos votos evangélicos nas cidades mais densamente povoadas. A urbanização também, como esperado, possui um coeficiente positivo. O efeito do Índice de Desenvolvimento Humano, por outro lado, é negativo.

Reflexões finais

A expansão da presença dos evangélicos na política é um tema atual na agenda de pesquisa das ciências sociais na América Latina. De fato, esta agenda, presente desde já algum tempo, consolidou-se recentemente pelo aumento da representação legislativa e pela eleição de representantes evangélicos a importantes cargos executivos em vários países da região.

No entanto, quando utilizamos o termo *evangélicos* para designar este grupo demográfico com uma particular capacidade de mobilização e representação política, podemos cair na armadilha de considerá-lo um bloco uniforme ou sólido. Por essa razão, o argumento desenvolvido no trabalho atual foi o de chamar a atenção para a composição desse grupo social (e parcela do eleitorado), enfatizando o seu caráter diversificado e segmentado.

Uma parte significativa dos estudos assumia, sem uma análise empírica exaustiva, que existia uma relação de competição entre as diferentes denominações evangélicas. Aqui fornecemos evidências que relativizam esta hipótese. Os resultados obtidos pela pesquisa revelam que a maior diversidade no interior do campo evangélico gera um efeito agregado que favorece os representantes parlamentares desses grupos em detrimento dos outros candidatos. Competir em um município onde existem várias igrejas diferentes garante certa vantagem aos candidatos oficiais dessas instituições frente a outros competidores que também foram bem-sucedidos nas urnas.

A capacidade de articulação das igrejas evangélicas age como um fator de agregação e racionalização da oferta política. Este elemento organizativo garante aos candidatos escolhidos como seus representados uma vantagem não desprezível em um contexto de alta fragmentação política. Algumas características do sistema eleitoral brasileiro—como a representação proporcional de lista aberta não ordenada, distritos com alta magnitude e a existência de poucas barreiras à entrada de novos partidos—permitem às instituições religiosas agir com muita liberdade para estruturar a oferta de candidatos. Não devem pagar nenhum pedágio a certos partidos que, em outro sistema eleitoral, serviriam como articuladores dessa oferta. Também não são obrigados a articular-se em um momento prévio a eleição para decidir quais seriam os representantes.

De forma mais concreta, a velocidade e a natureza diversificada da expansão dos evangélicos nas últimas décadas, aliadas às características personalistas do sistema eleitoral brasileiro, favoreceram a conversão desse potencial demográfico em representação política no congresso nacional. Algo similar dificilmente seria possível em distritos menores ou unipessoais. O perfil disperso deste grupo e sua diversidade, portanto, encontraram no sistema eleitoral um terreno fértil para a sua expansão sem ter que competir pelos mesmos votos.

Additional File

The additional file for this article can be found as follows:

- **Additional file.** Online appendix. DOI: <https://doi.org/10.25222/larr.449.s1>

Sobre os autores

Rodrigo Rodrigues-Silveira é professor de ciência política e membro do Instituto de Iberoamérica da Universidade de Salamanca. É doutor em estudos latino-americanos e pós-doutorado pelas Universidades de Brown e Livre de Berlim, assim como pelo Ibero-Amerikanisches Institut. É coordenador do laboratório de geografia política CompassLab (<http://compasslab.org>).

Emerson Urizzi Cervi é professor associado do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. É doutor em ciência política com estágio pós-doutoral em partidos e eleições na Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO) Espanha/Universidad de Salamanca. É coordenador do grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (www.cpop.ufpr.br).

Referências

- Bastian, Jean-Pierre. 1999. "Los nuevos partidos confesionales y su relación con el Estado en América Latina". *Estudios Sociológicos* 17 (49): 153–173.
- Boas, Taylor C. 2013. "Serving God and Man: Evangelical Christianity and Electoral Politics in Latin America". Apresentação na reunião anual da American Political Science Association, Chicago, August 29–September 1. http://people.bu.edu/tboas/serving_god_man.pdf.
- Bohn, Simone R. 2004. "Evangélicos no Brasil: Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral". *Opinião Pública* 10 (2): 288–338. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762004000200006>
- Bohn, Simone R. 2007. "Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002–2006)". *Opinião Pública* 13 (2): 366–387. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762007000200006>
- Borges, Tiago Daher Padovezi. 2007. "Representação partidária e a presença dos evangélicos na política brasileira". Tese não publicada, Universidade de São Paulo, São Paulo. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-06122007-112255/en.php>.
- Borges, Tiago Daher Padovezi. 2009. "Identidade política evangélica e os deputados estaduais brasileiros". *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais* 35: 149–171.
- Campos, Leonildo Silveira. 2012. "Evangélicos, política y elecciones en Brasil durante la primera década del siglo XXI". *Elecciones* 11 (12): 123–172.
- Christian, Patricia B., Michael Gent, e Timothy H. Wadkins. 2015. "Protestant Growth and Change in El Salvador: Two Decades of Survey Evidence". *Latin American Research Review* 50 (1): 140–159. DOI: <https://doi.org/10.1353/lar.2015.0012>
- Cleary, Edward L., e Hannah W. Stewart-Gambino. 1997. *Power, Politics, and Pentecostals in Latin America*. Boulder, CO: Westview Press.
- DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). 2014. "Radiografia do novo Congresso: Legislatura 2015–2019". <http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/41-radiografia-do-novo-congresso/2883-radiografia-do-novo-congresso-legislatura-2015-2019-dezembro-de-2014>.
- Dodson, Michael. 1997. "Pentecostals, Politics, and Public Space in Latin America". *Power, Politics, and Pentecostals in Latin America*, editado por Edward L. Cleary e Hannah W. Stewart-Gambino, 25–40. Boulder, CO: Westview Press. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780429498077-2>
- Figueiredo Neto, Gabriela, e Bruno W. Speck. 2015. "Eleições 2014: Uma análise sobre o financiamento de campanha dos candidatos pastores". *39º Encontro anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)*. Caxambu, Minas Gerais.
- Fonseca, Alexandre Brasil. 2008. "Religion and Democracy In Brazil: A Study of the Leading Evangelical Politicians". In *Evangelical Christianity and Democracy in Latin America*, organizado por Paul Freston, 194–237. New York: Oxford University Press. DOI: <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195174762.003.0006>
- Freston, Paul. 1997. "Charismatic Evangelicals in Latin America: Mission and Politics on the Frontiers of Protestant Growth". Em *Charismatic Christianity*, editado por S. Hunt, M. Hamilton, e T. Walter, 184–204. London: Palgrave Macmillan. DOI: https://doi.org/10.1007/978-1-349-26024-9_10
- Freston, Paul. 1999. "'Neo-Pentecostalism' in Brazil: Problems of Definition and the Struggle for Hegemony". *Archives de Sciences Sociales des Religions* 44 (105): 145–162. DOI: <https://doi.org/10.3406/assr.1999.1082>
- Freston, Paul. 2004a. *Evangelicals and Politics in Asia, Africa and Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Freston, Paul. 2004b. "Evangelical Protestantism and Democratization in Contemporary Latin America and Asia". *Democratization* 11 (4): 21–41. DOI: <https://doi.org/10.1080/1351034042000234512>
- Freston, Paul. 2008. *Evangelical Christianity and Democracy in Latin America*. New York: Oxford University Press. DOI: <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195174762.001.0001>
- Gerardi, Dirceu André. 2016. "Parlamentares evangélicos no Brasil: Perfil de candidatos e eleitos a deputado federal (1998–2014)". *Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil* 3 (14): 1–18.

- Gudgin, Graham, e Peter Taylor. 2012. *Seats, Votes, and the Spatial Organization of Elections*. Colchester, Inglaterra: ECPR Press.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2010. "Censo demográfico 2010". <http://censo2010.ibge.gov.br/>.
- Lacerda, Fabio. 2017. "Evangélicos, pentecostais e representação política nas eleições legislativas no Brasil (1998–2010)". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 32 (93): 1–23. DOI: <https://doi.org/10.17666/329310/2017>
- Machado, Maria das Dores Campos. 2017. "Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional". *Horizontes Antropológicos* 23 (47): 351–380. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-71832017000100012>
- Machado, Maria das Dores Campos, e Joanildo Burity. 2014. "A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos". *Dados: Revista de Ciências Sociais* 57 (3): 601–631. DOI: <https://doi.org/10.1590/00115258201419>
- Mariano, Ricardo, e Antônio Flávio Pierucci. 1992. "O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor". *Novos Estudos CEBRAP* 34: 92–106.
- Mariano, Ricardo, e Ari Pedro Oro. 2016. "Religion and Politics in Brazil". *Handbook of Contemporary Religions in Brazil*, organizado por Bettina Schmitt e Steven Engler, 363. Leiden: Brill. DOI: https://doi.org/10.1163/9789004322134_024
- Mariano, Ricardo, Marcio Hoff, e Toty Y. de Sousa Dantas. 2006. "Evangélicos sanguessugas, presidenciáveis e candidatos gaúchos: A disputa pelo voto dos grupos religiosos". *Debates do NER* 2 (10): 65–78.
- Oro, Ari Pedro. 2003. "A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 18 (53): 53–69. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000300004>
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2013. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao_atlas_municipal.pdf.
- Prandi, Reginaldo, e Renan William dos Santos. 2017. "Who Is Afraid of the Evangelical Bench? Positions of Brazilian Voters, Congressmen and the Evangelical Bench about Morality and Politics". *Tempo Social* 29 (2): 187–214. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.110052>
- Rhoades, Stephen A. 1993. "The Herfindahl-Hirschman Index". *Federal Reserve Bulletin* 79 (1): 188.
- Rivera, Pauto Barrera. 2006. "Evangélicos y política electoral en América Latina: Un estudio comparativo entre Brasil y Perú / Evangelicals and Electoral Politics in Latin America—A Comparative Study of Brazil and Peru". *Si Somos Americanos: Revista de Estudios Transfronterizos* 8 (1): 63–82.
- Santos, Lívia Reis. 2013. "Confiança ou cabresto? Considerações sobre o comportamento eleitoral de um grupo evangélico nas eleições municipais de 2012". *Revista Intratextos* 4 (1): 73–92. DOI: <https://doi.org/10.12957/intratextos.2013.6715>
- Silva, Victor Augusto Araújo. 2016. "Grupos suprapartidários no Congresso brasileiro: Uma análise da Frente Parlamentar Evangélica". *Revista Três Pontos* 9 (2): 27–36.
- Steigenga, Timothy. 2001. *The Politics of the Spirit: The Political Implications of the Growth of Pentecostalized Religion in Central America*. Baltimore: Lexington Press.
- TSE (Tribunal Superior Eleitoral). 2014. *Repositório de dados eleitorais*. <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>.
- Villazón, Julio Córdova. 2015. "Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: Os evangélicos como fator político". Em *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*, organizado por Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, e Gustavo Cotas, 163–176. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

How to cite this article: Rodrigues-Silveira, Rodrigo, and Emerson Urizzi Cervi. 2019. Evangélicos e voto legislativo: Diversidade confessional e voto em deputados da bancada evangélica no Brasil. *Latin American Research Review* 54(3), pp. 560–573. DOI: <https://doi.org/10.25222/larr.449>

Submitted: 27 January 2017

Accepted: 15 December 2017

Published: 17 September 2019

Copyright: © 2019 The Author(s). This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (CC-BY 4.0), which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original author and source are credited. See <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>.

LARR

Latin American Research Review is a peer-reviewed open access journal published by the Latin American Studies Association.

OPEN ACCESS 